

1 Fazer defeitos nas memórias:  
para que servem o ensino e  
a escrita da história?

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Descobri aos 13 anos que o que me dava prazer nas leituras não era a beleza das frases, mas a doença delas. Comuniquei ao Padre Ezequiel, um meu Preceptor, esse gosto esquisito. Eu pensava que fosse um sujeito escaleno. — Gostar de fazer defeitos na frase é muito saudável, o Padre me disse. Ele fez um limpaimento em meus receios. O Padre falou ainda: Manoel, isso não é doença, pode muito que você carregue para o resto da vida um certo gosto por nada...  
E se riu.  
Você não é de bugre? — ele continuou.  
Que sim, eu respondi.  
Veja que bugre só pega por defeitos, não anda em estradas —  
Pois é nos defeitos que encontra as melhores surpresas e os artilhuns maduros.  
Há que apenas saber errar bem o seu idioma.  
Esse Padre Ezequiel foi o meu primeiro professor de gramática.

[Barros, 1997]

29.09.2016

01

futuras. Articulada a uma concepção de natureza humana que a considerava universal e imutável, esperava-se que, em circunstâncias idênticas, os homens tendessem a repetir os mesmos erros e acertos, comportando-se do mesmo modo. A história evitaria que os homens viessem a cometer os mesmos equívocos por falta de exemplos e modelos a seguir (Hartog, 1999). Como bem expressa o tribuno e escritor romano Cícero, a história seria a mestra da vida, memorizando e exemplificando, cumprindo assim tanto uma função política, já que tratava de assuntos relativos às formas de governar, à maneira como chefiar e dirigir os cidadãos em momentos decisivos, como em uma ocasião de guerra ou de ameaças externas — assunto predominante dos relatos históricos —, quanto uma função moral, já que punha em discussão os valores, os princípios, os comportamentos, os costumes, as leis, os conceitos, as paixões e os sentimentos que dirigiam e explicavam as ações humanas em dados momentos e situações. A história realizava não só uma avaliação política e moral das atitudes tomadas por aqueles considerados dirigentes das cidades, submetendo-os à valoração da justeza de suas ações, mas também uma avaliação da moralidade, da justiça e da sabedoria política das atitudes e das crenças dos cidadãos da própria cidade a que pertencia o *histor*, dos dirigentes e povos das cidades, dos impérios e reinos amigos ou inimigos.

A história cumpria, assim, o desígnio de educar as gerações vindouras, de educar moral e politicamente as futuras elites dirigentes, transmitindo experiência e sabedoria para os próximos governantes. O *histor* era alguém que, tendo presenciado acontecimentos significativos, deles dava testemunho, buscando absorver ensinamentos, avaliando criticamente as ações realizadas, procurando extrair dos eventos as verdadeiras motivações, para que, a partir desses exemplos, houvesse o aperfeiçoamento das artes de governar, de fazer a guerra, de aplicar a justiça. A história ocupava-se dos acontecimentos do presente. Seu recurso ao passado dava-se à medida que esse ajudava a tornar inteligíveis os eventos extraordinários que o narrador presenciava e dirigia-se ao futuro à medida que se justificava pelas memórias e ensinamentos que transmitia.

Feita para educar e moralizar, a história atingiria melhor seus objetivos se também conseguisse deleitar e seduzir os espíritos, se, por meio da beleza de sua narrativa, do estilo em que era vazado o relato, prendesse a atenção da plateia que a escutava ou daquele que se dedicava à sua leitura. O *histor* deveria ter uma preocupação estética com a obra, pois seu sucesso, sua capacidade de seduzir ouvidos e almas, dependia da beleza e da arte com que o relato era urdido, da destreza com que essa descrição era apresentada, do movimento e da

vivacidade que o texto exibia. A felicidade na escolha das palavras, das figuras, das imagens, a capacidade de fazer o evento narrado colocar-se à frente do ouvinte ou do leitor, além do potencial de encenar, de pôr diante dos olhos algo ausente, eram decisivos para que o texto histórico conseguisse impregnar no espírito de quem o ouvia ou lia a mensagem que queria transmitir. Como um sinete em uma placa de ceta, o relato histórico deveria produzir impressões profundas no espírito de quem o absorvia, além de ser capaz de marcar esse sujeito com impressões indeléveis, ensinamentos e exemplos para jamais ser esquecidos. O relato histórico deveria impressionar, deleitar, memorizar, educar e moralizar (Hartog, 2003; Momigliano, 2004).

A história, que por muito tempo foi considerada um gênero literário, uma arte, embora devesse ter compromisso com a verdade — nas palavras de Tucídides (em *História da Guerra do Peloponeso*) “devesse ter a preocupação em contar como as coisas se passaram, extraindo delas lições” —, vai ser designada uma ciência ainda no século XVIII, com os pensadores iluministas. Mas será no início do século XIX que, em grande medida, a prática historiográfica passa a obedecer a regras distintas daquelas que presidiram a escrita da História desde a *Antiguidade Clássica*, com o deslizamento e alteração de sentido do topos *historia magistra vitae*. Em 1810, é criada na Universidade de Berlim a primeira cátedra de história, entregue a Leopold von Ranke. Assim, inicia-se a profissionalização do ensino e da escrita da história, tornando-a um saber universitário, com aspirações à cientificidade e a serviço de objetivos e funções que serão traçados pelo Estado que promove, avalia e fiscaliza a docência e produção na área. Na Prússia, a profissionalização do ensino e da escrita da história faz parte de um processo de modernização administrativa, de reforma do Estado, que se seguiu à derrota para as tropas napoleônicas. A invasão e o triunfo franceses nos campos de batalha levaram as elites prussianas a avaliar a necessidade de reformar não apenas o preparo militar de seu exército, como também a defender a necessidade de preparar subjetivamente tanto os soldados quanto toda a população — de onde as tropas eram recrutadas —, para que demonstrassem maior disposição na hora de lutar e defender o que essas elites definiam como nação.

Como diz Benedict Anderson (2008), a adoção do ensino de história não apenas na universidade, mas nas escolas públicas surgidas justamente a partir da Revolução Francesa, passa a ser vista como ingrediente indispensável para a criação dessa nova comunidade imaginada, a nação, que deveria vir a substituir as solidariedades e relações comunitárias locais, em grande medida destruídas com o fim dos vínculos feudais e com a crescente concentração

da população nas cidades, devido ao desenvolvimento da economia mercantil e industrial. Constituir cidadãos que amassem a nação, que se dispusessem a viver e a morrer pelo que agora se nomeia de pátria, torna-se a tarefa a ser cumprida pelo ensino e pela escrita da história.

A história continua sendo pensada e praticada, majoritariamente, como história política; neste momento, porém, como a história dos Estados nacionais, como a história daqueles que encarnam e representam o governo das nações. Tal como na Antiguidade, a história tem um caráter de exemplaridade, é compreendida com um viés pedagógico, agora acentuado, porque irá integrar currículos de instituições de ensino, tornar-se-á matéria escolar. Ela continua visando educar e moralizar, porém agora visa formar cidadãos que não habitam nem são representantes ou dirigentes políticos de cidades, mas de nações. A história passa a ser a história nacional, a história dos grandes feitos e grandes fatos que, no decorrer do tempo, manifestaram a nacionalidade — ou o que se chama de espírito ou alma nacional — e teriam contribuído para a emergência, legitimidade e glória de cada nação. Mas, diferentemente do que ocorria na Antiguidade, a história fala agora, preferencialmente, do passado, não do presente. Passado acabado e separado do presente, que serve, no entanto, para explicá-lo e para inspirar as ações dos responsáveis por dirigir e, portanto, fazer a história de cada nação. A história visa, assim, construir o cidadão patriota, aquele que ama sua nação, que dela tem orgulho por tudo de grandioso que ela fez e representou no passado, que se inspira na vida e nas ações daqueles que foram responsáveis por sua constituição, defesa e governo: os heróis nacionais, que compõem o pan-teão da pátria, em que se devem buscar exemplos de moralidade, coragem, grandeza e sabedoria. A história passa a ser, desse modo, um instrumento na construção e reatualização das identidades nacionais, na elaboração e produção de narrativas da nacionalidade, das metanarrativas da nação, que sustentarão e darão suporte ao novo domínio burguês que se instaura.

Assim como na Antiguidade, a história continua tendo a função de moralizar, de ensinar valores, de fornecer modelos de conduta, de orientar a ação, no sentido do aperfeiçoamento humano. Além de educar, de formar cidadãos, a história deve civilizar — conceito já existente entre os antigos, mas que ganha uma centralidade e uma importância decisiva num mundo que, desde o século XVI, se ampliou cada vez mais com o conhecimento de novas terras e novas populações, que viu emergir novas faces do humano, que nem sempre agradaram ou foram consideradas suficientemente civilizadas. A história torna-se também o texto que avalia e discute o aperfeiçoamento dos costu-

mes humanos, tal como propugnada e praticada por Voltaire ainda no século XVIII. A história torna-se, além de história da nação, história da civilização, narrativa da progressiva melhoria dos costumes humanos, saber que oferece orientações de conduta e que oferece exemplos, que sanciona ou elogia as atitudes e os valores daqueles que foram personagens de eventos históricos.

Embora possamos encontrar, na historiografia e nos clássicos do século XIX, autores que se destacam pelo estilo da escrita, grandes narradores, a preocupação com a cientificidade — com dotar o saber histórico de um método que garantisse sua cientificidade, que levasse esse saber a se tornar rigoroso e metódico — vai se sobrepor às preocupações estéticas e estilísticas que acompanhavam a produção historiográfica na Antiguidade ou mesmo a produção erudita pós-romântica. O caráter retórico da historiografia passa a ser negligenciado, quando não explicitamente combatido, em nome da cientificidade e da veracidade que deveriam presidir o saber histórico. O historicismo alemão, a escola metódica alemã, capitaneada por Leopold von Ranke, preocupou-se em dotar a história de um método que fosse capaz de garantir que se chegasse a narrar o passado tal como ele efetivamente fora. O método heurístico, apoiado na crítica documental, na análise da documentação presente nos arquivos oficiais, serviria para estabelecer a versão correta, veraz, definitiva para cada evento. Os chamados fatos históricos — fatos únicos, singulares, não repetíveis, excepcionais, grandiosos, quase sempre envolvendo razões de Estado — deveriam ser organizados cronologicamente e dispostos em uma linha do tempo, cujo fio condutor seria o progresso da civilização e a história nacional. A história passa a ter, assim, a função de dizer a verdade sobre o passado da civilização e da nação, servindo de inspiração para os homens do presente, que, com ela, aprenderiam lições — como deveriam comportar-se enquanto cidadãos, que ideias, valores e costumes deveriam professar, praticar e cultivar — e, por ela, seriam convencidos das versões para o que seriam nação e progresso.

No século XX, a Escola dos Annales e as várias vertentes do marxismo faram a crítica a esse modelo historiográfico, definindo-o como positivista, como a prática de uma história historicizante, de uma história *événementielle* ou de uma história de tratados e batalhas. Os historiadores interpelados tanto pelas grandes transformações históricas, pelas grandes tragédias humanas que pontuaram o século passado, quanto pelas ciências sociais emergentes, pelas mutações no campo dos saberes com a presença crescente e marcante da sociologia, da economia, da antropologia, da linguística e da psicanálise, vão ter que buscar novas formas de atuação e legitimação para a existência do saber histórico. Tendo agora de concorrer, no interior da universidade, no campo

acadêmico, com novos saberes, sequiosos por espaços de poder, tendo sofrido um enorme abalo em seu prestígio por não ter sido capaz de prever ou diagnosticar a grave crise econômica, social, política e moral que se abatera sobre a Europa e, por extensão, sobre todo o mundo ocidental, culminando com as duas guerras mundiais, a história não só terá de adotar novos pressupostos, alterar suas regras de produção, como buscar refazer seu prestígio social abalado, propondo-se a assumir novas funções, a ter um novo papel na realidade partilhada pela I Guerra Mundial. A vitória da Revolução Bolchevique na Rússia, como uma das consequências imediatas deste conflito, e a expansão do movimento comunista internacional fazem do materialismo histórico uma possível resposta à crise de legitimidade da história, que seria, na verdade, a crise da historiografia burguesa, da historiografia positivista, que acompanhava a própria crise de sua classe e do modo de produção por ela representado. Coincidentemente, no ano da primeira grave crise sistêmica do capitalismo, 1929, os historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram o primeiro número da *Revue des Annales*, em torno da qual desenvolveram-se não só um movimento de renovação das regras que presidiam a produção do saber histórico como a articulação de uma defesa pública da disciplina, propondo um novo papel social para a escrita e o ensino da história.

Tanto o marxismo quanto a Escola dos Annales vão procurar afastar a história da militância nacionalista em que se vira envolvida no século anterior. Os traumas causados pelas guerras, que tiveram na exacerbção do sentimento nacional um de seus elementos desencadeadores, farão que tanto os historiadores marxistas, que têm no internacionalismo um de seus pressupostos, embora muitos tenham naufragado nas águas nacionalistas, quanto os historiadores que se articulam em torno da *Revue des Annales*, cujas lideranças chegaram a participar, como membros do Exército francês, diretamente dos horrores da I Guerra — vindo Marc Bloch a ser assassinado como integrante da Resistência francesa e como judeu pelos nazistas durante a II Guerra —, afastem-se de uma historiografia que se legitimava como construtora, veiculadora e promotora do sentimento nacional. Acusada por artistas como o poeta Paul Valéry de ser o mais perigoso produto que a química do cérebro humano já produziu, atacada por todos os lados por literatos, políticos e praticantes de outras ciências sociais pelo que seria sua convivência com a guerra, por, sistematicamente, ter dado destaque e grandeza às batalhas, aos generais, aos tratados que a elas se seguiam, às conquistas territoriais de caráter imperialista, por ter sustentado e legitimado o colonialismo europeu, que levou aos choques entre as próprias nações da Europa, o que desembocou nos conflitos

mundiais, a história deverá ter seu prestígio social restabelecido por meio de uma reavaliação de seu valor para a sociedade, para a vida humana. Esse valor havia sido posto em questão ainda no final do século XIX por Nietzsche, que indagava a utilidade e as desvantagens da história para a vida humana, tal como pensada pelo historicismo e romantismo alemão (ver Nietzsche, 2005). De forma quase premonitória, o filósofo alemão havia chamado atenção para os perigos de uma história praticada como monumentalização do passado, como antiquariato e como crítica de todos os valores, aliada a um nacionalismo agressivo, militante e militarista.

Por outro lado, a I Guerra Mundial significa, também, a perda da centralidade que a Europa tinha no capitalismo internacional. O surgimento de uma nova potência econômica e política, os Estados Unidos, a emergência da América como o novo farol da civilização mundial, leva ao questionamento da história eurocêntrica e etnocêntrica escrita até então. Oswald Spengler (1991), em livro que se tornou rapidamente um *best-seller*, ainda nos anos 1920, *O declínio do ocidente*, falava da necessidade de rever o que se chama o modelo ptolomaico da historiografia europeia, que tomava a Europa como centro da história universal, considerando todas as outras civilizações como satélites de seu processo histórico. A própria ideia de história universal, uma história evolucionista contada a partir da Europa, será profundamente abalada pela emergência de novos atores históricos de importância mundial como a URSS, o Japão e a China, pela descolonização da Ásia e da África no pós-II Guerra, que leva ao surgimento de novas nações, que reivindicam — muitas vezes, seguindo o próprio modelo de comunidades nacionais ensinado pelos colonizadores — a construção de uma história nacional que busca reconectar o presente com temporalidades e formações sociais anteriores à colonização europeia, construindo, assim, uma história descentrada da Europa. A ideia de história universal, de história das civilizações, também será abalada pelas narrativas sobre a diversidade cultural dos povos feitas pela etnografia, campo de saber que ganha grande destaque, notadamente após a II Guerra, com a obra de Lévi-Strauss. Será dele uma das mais duras críticas não só à etnografia evolucionista, que se apoiava na ideia da existência de estágios civilizacionais, que hierarquizava raças e culturas a partir de noções como selvageria, barbárie e civilização, mas também à história universal, que colocava a Europa como centro do processo histórico. O antropólogo chega a considerar a história o mito de nosso tempo, ao defender a existência de continuidades e estruturas milenares, que seriam as responsáveis pelo ordenamento das sociedades humanas, sistemas atemporais. A história trataria da temporalidade do aciden-

tal, do consciente, do aparente, enquanto a etnografia daria conta do regular, do inconsciente, do estrutural, do permanente, o que definiria nossa própria humanidade. Essa recusa da história será característica da geração que viveu e foi traumatizada pelas guerras (Lévi-Strauss, 2005).

Os historiadores marxistas desenvolverão, nesse contexto, novas maneiras de dar sentido, de justificar a escrita, o estudo e o próprio ensino da história. Não podendo abrir mão da historicidade de todas as formações sociais, de todos os acontecimentos humanos, pressuposto nuclear do materialismo histórico, os marxistas tendem a ver a crise de legitimidade da historiografia como fruto da prática de uma historiografia ideológica, de uma historiografia burguesa a serviço da reprodução da sociedade capitalista e de todas suas injustiças. O primeiro passo para a superação dessa crise seria a adoção, por parte dos historiadores, do método correto, que possa romper com o positivismo e com a visão ideológica por ele representada, do único método científico capaz de desvendar os verdadeiros motores do processo histórico (o modo de produção e as condições de classe que lhe são inerentes): o método materialista histórico e dialético. A aplicação desse método implicava deslocar a centralidade do político, pelo menos do político compreendido como a ação do Estado e seus agentes, para dar lugar à centralidade das relações econômicas e sociais. Essa mudança também será defendida pela Escola dos Annales que, já em seu lançamento, traz como subtítulo “Economia e Sociedade”. A expansão acelerada do capitalismo, a crise sistêmica e as consequências sociais desastrosas trazidas pela crise de 1929 e, no caso dos historiadores dos Annales, o trauma acarretado pelos acontecimentos políticos recentes, desde a I Guerra até a invasão nazista, fazem com que se recuse o político como o terreno privilegiado dos historiadores. Os historiadores marxistas não recusarão o político, mas, ao contrário, darão legitimidade à prática da história pelo papel político que essa pode desempenhar ao ser estudada corretamente, usando o método adequado, ao poder desvendar os mistérios da realidade do presente, ajudando a compreender como se deu a formação do contemporâneo, apreendendo o sentido do processo histórico, para nele poder atuar com maior efetividade. A história, com o marxismo, torna-se um saber militante, que tem como papel desvendar a verdade dos fatos passados e construir o futuro, encontrando, quase sempre, o modo de produção e a luta de classes como o cerne verdadeiro dos acontecimentos. A história passa a ter a atribuição de formar, hegelianamente, consciências, de desalienar, de permitir que os sujeitos históricos adquiram a consciência de que forças inconscientes movem a ordem social e suas próprias ações. A história escrita a partir do materialismo histórico romperá com a ideologia burguesa que

sustentaria as versões da história deturpadas por interesses da classe, pondo a nu suas contradições e inverdades, permitindo que, aparelhados com o saber histórico, os sujeitos que se constituíram nesse próprio processo de politização e desalienação trazido pelo aprendizado da história pudessem atuar no sentido de mudar a própria história, de acelerar e precipitar seu movimento na direção da nova ordem social desejada — uma ordem mais justa, mais humana e mais fraterna, sem exploração nem miséria. A história, para os marxistas, se justifica e se legitima por ajudar no processo de preparação das condições subjetivas para a realização da revolução. A prática da história realizada pelos historiadores marxistas terá grande importância ao trazer, para esse campo, outros atores e agentes, ao trazer as camadas trabalhadoras para o cerne da história, à medida que defende que é o trabalho que institui o social e define o próprio humano. As lutas, conflitos e movimentos sociais, inicialmente também representados por suas lideranças e seus partidos, em uma espécie de reduplicação da lógica da historiografia que criticavam, que também centrava a história em grandes homens e nas instituições, e, mais recentemente, rompendo com essa visão e trazendo para a narrativa histórica todos os personagens representativos dos chamados *de baixo*, todos os vencidos, aqueles que constituem o que seriam as camadas sociais subalternas, tornam-se a temática privilegiada dessa historiografia e o motivo para sua legitimidade social.

Os historiadores dos Annales, embora tenham uma recusa a subordinar a história a um papel militante, não deixam de reconhecer o caráter político da história, em que a nação permanece sempre como o horizonte de sua produção. O próprio Fernand Braudel (2009), em suas últimas obras, volta a tomar a França e a nacionalidade francesa como referência. Creio que a forma como compreendemos hoje para que serve a história e que função social tem o escrever, o estudar e o ensinar história advém, em grande medida, das reflexões feitas pelos historiadores dos Annales, desde os livros pioneiros de Febvre (1989) e Bloch (2002), até aqueles publicados a partir dos anos 1960 — sob impacto dos movimentos de contracultura; das revoltas estudantis, com seu ápice no maio de 1968; do descrédito crescente do marxismo, notadamente em sua visão oficial dos partidos comunistas; das ameaças de extermínio da humanidade pela Guerra Fria e a corrida armamentista; das últimas guerras de descolonização como as guerras da Argélia e do Vietnã; da centralidade das discussões em torno do papel que a linguagem, a imagem, a comunicação, as tecnologias audiovisuais têm para a construção do que chamamos de realidade e para a elaboração, veiculação e guarda das próprias memórias, à medida que os meios de comunicação de massa passaram a ter uma presença

decisiva em todas as sociedades. A esses acontecimentos acrescentaram-se a *debate* dos regimes socialistas do Leste europeu, as mudanças estruturais no capitalismo, a chamada globalização, o que David Harvey (1992) chamou de compressão espaço temporal, levando a uma circulação mais intensa de capitais, informações, produtos e formas culturais, populações, além da emergência do que se vem chamando de pós-modernidade, que se constituiu no plano do pensamento, em uma crítica aos pressupostos iluministas que estiveram na base de muitas formas de pensamento no Ocidente. É a partir dessas e muitas outras mudanças significativas no próprio processo histórico e de transformações paradigmáticas no campo do conhecimento que devemos refletir sobre para que serve a história hoje, que utilidade social podem ter a produção e o ensino do saber histórico em nossos dias.

Aprendemos com os historiadores dos *Annales* que a história se faz a partir do e para o presente. Ao contrário do que defendiam os historiadores vinculados às escolas metodológicas, o passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo. O passado não possui uma verdade fechada, mas está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações, das condições históricas do presente em que é interrogado, estudado, analisado, ensinado. A história produzirá versões distintas para o passado, tratando-o sob novas perspectivas, dando-lhe novas abordagens, à medida que as próprias transformações históricas assim requirem. O passado, portanto, é elaborado, pensado e tratado na sua relação diferencial com o presente; ele existe nessa escavação que se faz a partir do contemporâneo buscando a construção das fronteiras que separam as duas temporalidades. Uma das funções sociais da história é construir o passado, dotando a sociedade de uma visão do tempo que vá além daquilo que se define e se pensa como presente. A história serve para que possamos realizar, no plano do conhecimento, do pensamento, do imaginário, da memória, aquilo que não podemos fazer no plano da realidade e da empiria: sair do presente, ausentar-nos desta temporalidade que nos cerca, olhar este tempo de fora e ter com ele uma relação de distanciamento, de estranhamento, ter, dele, uma visão perspectiva. A história nos permite atravessar o rio dos tempos, como dizia Jules Michelet (2004); o historiador tem o compromisso de atravessar o rio da morte, um compromisso com os mortos, de trazê-los novamente à vida para que suas ideias, ações e gestos continuem repercutindo no presente, instaurando um diálogo tenso e diferencial com o tempo e os vivos que somos. A história tem a importante função de desnaturalizar o tempo presente, de fazê-lo diferir em relação ao passado e ao futuro, no mesmo momento em que torna percep-

tível como essas temporalidades se encontram, como elas só existem emaranhadas, articuladas em cada instante que passa, em cada evento que ocorre. A história serve para que se perceba o ser do presente como devir, como parte de um processo marcado por rupturas e discontinuidades, mas também por continuidades e permanências. A escrita e o ensino da história nos convidam a fazer uma viagem para fora de nosso tempo, nos propõem a recuar até o passado e de lá olhar para o que pensamos ser nosso presente, podendo, assim, ter uma visão diferenciada, de fora, que nos permite vê-lo sob novos contornos. A história possui, assim, essa função lúdica de brincar-mos de sair do presente, de tentarmos imaginar como viviam, como sentiam, como pensavam os homens e mulheres do passado. A história nos permite, pois, a relativização de tudo aquilo que define nosso tempo, o aprendizado de que aquilo que somos é apenas uma forma de ser entre muitas, o conhecimento de como chegamos a ser o que somos e de que essa forma ou essas formas não são as únicas possíveis. A história nos possibilita entender o presente como diferença e o tempo como diferenciador, além de perceber que o ser do tempo se diz na diferença. Portanto, uma das tarefas contemporâneas da história é ensinar e permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de perceber o social, de entender a temporalidade e a vida humana. A história nos ensina a desnaturalizar, a ter um olhar perspectivado e a atentar para as diferenças, relativizando nossos valores e pontos de vista.

A história, desde a Antiguidade, desempenhou o papel — comum a todos aqueles saberes que na modernidade foram agrupados sob o nome de ciências humanas — de formar subjetividades, de produzir a própria humanidade daqueles que são definidos como humanos. A história, quando se torna matéria escolar, explicita esse papel de formadora de sujeitos, de construtora de formas de ver, de sentir, de pensar, de valorar, de se posicionar no mundo. Embora tenda a ser socialmente desqualificada — porque seria um saber desprovido de uma utilidade imediata, mas não uma tecnologia a serviço da fabricação de artefatos —, a história possui a utilidade de produzir o artefato mais complexo e mais importante da vida social: o próprio ser do humano, a subjetividade dos homens. Quando, muitas vezes, somos interpelados com certo ar de desprezo sobre para que serve o que ensinamos e o que escrevemos, devemos responder que a história serve para produzir subjetividades humanas, para humanizar, para construir e edificar pessoas, para lapidar e esmerilhar espíritos, para fazer de um animal um erudito, um sábio, um ser não apenas formado, mas informado, de um ser sensível fazer um ser sensibilizado. Fabricar pessoas no mundo de hoje, como em tantas outras épocas, não é tarefa das mais fáceis. Mas que tipo de pessoas a história se propõe a formar hoje? Que modelos de

subjetividade são veiculados ou devem ser veiculados, de forma majoritária, pela historiografia e pelo ensino da história?

A história implica o aprendizado da alteridade, o aprendizado da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos, o aprendizado da viabilidade de outras maneiras de se comportar, da existência de outros valores, de outras ideias, de outros costumes que não aqueles dos homens e mulheres contemporâneos. A história permite o aprendizado da tolerância para com o diferente, com o estranho, com o distinto, com o distante, com o estrangeiro. Para isso, a historiografia contemporânea aprendeu com a antropologia e com a etnografia a recusar a concepção iluminista de natureza humana: uma natureza universal, tendente a se desenvolver na direção de um *telos* predefinido, em que dadas formas de existência seriam tomadas como formas inferiores àquela que seria a forma superior e paradigmática.

O diálogo da história com a antropologia, com a etnografia e com a psicanálise levou não somente a que se desse importância e destaque à própria diversidade das formas de vida, dos tipos de organização social, dos valores, dos costumes, dos hábitos, das práticas e dos símbolos que informaram a vida social das sociedades do passado, notadamente entre as sociedades que pretensamente viviam em uma pré-história em relação àquelas que viviam na história, mas também à diversidade constituinte das sociedades e culturas de nosso presente, de nosso tempo. A história nos ensina a prestar atenção no *outro*, a medir nossa distância e nossa diferença em relação a ele, não para recusá-las ou para construir uma hierarquia entre elas, mas para aceitá-las em sua essência. Foi preciso que a historiografia rompesse com o historicismo e sua busca por descobrir sempre o mesmo rosto do humano, em qualquer época e lugar, projetando sobre o passado a definição do humano ou o rosto que era dito como humano no presente para, constatada a diferença, procurar anulá-la, repondo a semelhança, fazendo do personagem do passado um de nós, ou pelo menos a promessa de ser, no futuro, um de nós ou de defini-lo como um ser ainda em déficit, em insuficiência em relação ao estágio de civilização que o presente, a sociedade e a cultura, da qual falava o historiador, para diagnosticar que os personagens do passado ainda viviam em estado de selvageria, de barbárie, ainda viviam na menoridade, na alienação, na inconsciência, eram retardatários, atrasados, tradicionais, conservadores, anormais, anônimos etc.

A história nos permite acompanhar a genealogia do humano em sua diversidade e não em sua identidade, nos permite fazer a arqueologia das práticas, das relações e dos saberes que produziram diferentes formas de se ver, se dizer e ser humano. A história, que durante muito tempo esteve com-

prometida com o princípio da identidade, que se apoiava e apoiava discursos preocupados em traçar uma identidade entre o passado e o presente, entre o ser do passado e um ser do presente — seja ele o ser da cidade, do Estado, da nação, do povo ou da raça —, nos dias de hoje, tem o compromisso de identificar, descrever, compreender e explicar a alteridade, não para desfazê-la ou anulá-la, mas para proclamar o direito de sua existência e o necessário respeito que a ela devemos devotar. A história, como formadora de subjetividades, é um saber e uma prática inseparável de discussões éticas e políticas. O ensino e a escrita da história implicam sempre a tomada de posição política e a defesa de valores, mesmo quando não se está atento para esses aspectos. A história que se escrevia e ensinava em nome da identidade, da construção do idêntico, que fazia a diferença retornar à semelhança tal como requerido pelo pensamento platônico e hegeliano, parece ter hoje a função social de nos ensinar a conviver com a diversidade, a respeitar a alteridade e a diferença, que é a condição exata do mundo em que vivemos.

Se a historiografia brasileira, de forma bastante peculiar, pensou a identidade nacional por meio da constatação das diferenças internas que dilaceravam a nação, se o discurso da identidade no Brasil fez da mistura, da mestiçagem, um princípio de identidade que, portanto, já nasce, em grande medida, ancorado em um paradoxo, já que proclamava o misturado, o mestiço, logo, o não idêntico a si mesmo como princípio de nossa identidade — identidade figurada por um verdadeiro oxímoro —, hoje não é apenas o Brasil ou as sociedades nascidas das conquistas coloniais europeias que se constituem como refratários à integração com outros povos, sofrem hoje, pelas injunções do processo de globalização, essa diversificação e complexificação crescentes não só da constituição étnica de suas populações como também de suas organizações sociais e dos aspectos culturais. A história tem, assim, um importante papel a exercer nesse mundo onde a alteridade, a multiplicidade e a diversidade social e cultural exigem um preparo subjetivo para a convivência com o diferente, sem o que temos e teremos crescentes manifestações de intolerância, xenofobia, até mesmo a revivência de discursos eugenistas e segregacionistas, além de práticas de agressão, violência e extermínio. Saber aceitar e conviver com a diferença, aceitar a opinião e o ponto de vista diferente como tendo direito à existência, representar a formação de subjetividades mais bem-preparadas para a convivência democrática.

A história serve para formar não apenas subjetividades, mas para formar cidadãos, membros da convivência pública, membros do espaço público, pre-

parados para viver em uma realidade constituída pela agonística dos interesses e opiniões divergentes. A história fornece argumentos, informações, prepara o indivíduo para o aparecer em público, o ser em público, o ser em sociedade, que irá se defrontar com a divergência. A história foi, por muito tempo, inquirida acerca do uso que fazia de artifícios e recursos retóricos, porque, à semelhança dos discursos jurídico e político, ela é um discurso que constrói enredos, trama fatos, e que, para isso, organiza e expõe argumentos que visam convencer o ouvinte ou o leitor de dadas leituras da realidade, de dadas verdades sobre o tempo e o mundo, do acerto e da justeza de dadas posições políticas e morais. A história forma, pois, pessoas preparadas para argumentar, para defender ideias em público, para comparecer ao mundo público em defesa de teses e convicções, apanágio das sociedades democráticas contemporâneas.

A história nos fala dos mortos, nos lembra, portanto, do nosso caráter mortal, da finitude que é condição mesma da nossa existência, aquilo que, para Heidegger (2006), definia a própria condição do ser humano, um ser para a morte. Mas, ao mesmo tempo, a história é uma das maneiras encontradas pelos homens de lidar com sua condição de mortal, foi uma das maneiras que os homens inventaram de tentar vencer a morte, de continuar vivendo apesar de ter morrido. Entrar para a história passou a ser uma forma de tornar-se imortal, inesquecível, de continuar vivendo por meio de feitos, de fatos e de ideias. Philippe Ariès (1992) refere-se à luta que cada vez maior número de grupos sociais empreendeu, no século passado, reivindicando o direito de figurar na história, de escrever a própria história.

A história como saber surge na sociedade grega, em que a imortalidade era conseguida por meio do renome que se conseguia na vida pública, da fama que se construía em vida e que se deixava após morrer, de preferência por meio de um ato heroico, a serviço da cidade. Fama, renome, ficar na memória era privilégio dos cidadãos, dos homens livres e gregos, aqueles que efetivamente contavam na sociedade. Às mulheres, às crianças, aos estrangeiros e aos escravos não estava reservado um lugar na fama ou na memória, portanto, também lhes faltava um lugar na história. A história labuta entre a memória e o esquecimento, entre a morte e a vida, entre o que foi e o que é, em busca do que será. A história nos prepara subjetivamente para aceitar a finitude, à medida que nos fala que tudo um dia se acaba — os maiores e mais poderosos impérios um dia entram em ruína, e só as ruínas ficam para deles dar testemunho.

Temos grande dificuldade em aceitar nossa condição mortal e a condição temporal de todas as coisas, que é o próprio objeto do saber histórico. Temos a

tendência, talvez pela formação religiosa que costumamos receber, de buscar a eternidade das coisas. Temos a propensão a sermos, por isso mesmo, conservadores em relação às mudanças e transformações. Queremos garantir que o futuro será uma continuidade do presente, quando com ele estamos satisfeitos. A história nos permite fazer o aprendizado da mudança como condição de nossa existência e de todas as coisas. A história serve para formar subjetividades menos reacionárias às transformações, às rupturas, às discontinuidades, ao caráter finito de todos os entes. A história nos possibilita fazer o aprendizado da perda, do luto, o aprendizado da nossa própria condição de seres temporais, o aprendizado da efemeridade das coisas. Nietzsche chamou a atenção que esse talvez fosse um dos perigos que uma cultura contaminada de história poderia trazer para a vida, ou seja, a consciência da finitude, do caráter passageiro de todos os nossos feitos, poderia levar-nos à inação, a desejar o nada, transformando-nos em nihilistas, paralisados pelo que seria o sem sentido da existência, pela ruína prometida para todos os mais sofisticados monumentos que os homens viessem erguer. Creio que nada está isento de perigos. Tudo na vida humana é perigoso. O próprio Nietzsche disse o quão perigoso seria também praticarmos uma história que desconhece o dever, que monumentaliza o passado e entulha o presente com seus monumentos. A história, ao nos preparar para conviver com a finitude, pode nos falar da urgência do próprio viver, pode nos levar a valorizarmos o tempo que temos.

A história não deve ser a valorização do passado em detrimento do presente; não podemos ser hoje aquelas figuras de historiadores tão comuns na literatura europeia do fim do século XIX e início do século XX: um ser exilado de seu tempo, um ser solitário por ser incompreendido pelos de seu tempo, incapaz de manter com eles qualquer comunicação, já que os vê como pouco merecedores de atenção, como seres vulgares sem a mesma glória dos homens que encontra nas páginas da história, um ser apegado a tudo que foi e que se esquece ou dá de ombros para aquilo que ocorre em seu presente, um ser fechado em sua biblioteca ou que passa dias a chafurdar arquivos, esmerando-se e sentindo enorme prazer ao esmagar traças e baratas que devoram seus preciosos documentos, um ser mais apaixonado por Napoleão ou por César do que pelo parceiro ou parceira que lhe aguarda em sua volta da pesquisa. A história pode, dependendo da forma como é escrita e ensinada, nos levar a valorizar o tempo presente, a vida presente, nos fazer perceber a necessária intensidade com que temos de viver a vida, como devemos valorizá-la, não ficando alheios ao que nela se passa, procurando nela intervir, buscando por meio dela conformar um sentido e um significado para a existência, que não estará dado.

de liberdade são conquistados, abertos e situados dentro de uma ordem que sempre os vem limitar e reduzir.

Parafraçando o poeta Manoel de Barros (1997), eu diria que a história tem hoje a missão de fazer defeitos nas memórias, de fazer as memórias errarem, já que a história tem uma relação diferencial e conflituosa em relação às memórias, notadamente aquelas memórias que se tornam oficiais, monumentalizadas, cristalizadas, motivo de comemorações e efemérides. A pesquisa histórica visa, por meio da crítica, afastar-se das versões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras malfeitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento das tessituras do passado. Os historiadores devem fazer as memórias errarem, no sentido de que elas devem ter seus sentidos deslocados, devem ter seus lugares de inscrição alterados. O historiador tem a tarefa de desfazer os enredos dessas memórias, retramá-las, fazendo o que Paul Veyne (1989) chamou de um “inventário das diferenças”. O historiador contemporâneo é aquele que peneira as histórias oficiais a contrapelo, tal como aconselhava Walter Benjamin (1996). A história, nos dias de hoje, tem consciência de que seu jogo se faz entre a lembrança e o esquecimento. A história serve para que se produza o esquecimento de dadas versões do passado, de dadas memórias: a história lembra também para produzir o esquecimento. O historiador de hoje não se dedica a cultivar as memórias. Sabe que deve ter com elas uma relação mediada pela problematização, pela interrogação, pelo questionamento. O historiador desfaz as memórias e as refaz usando o aparato conceitual aprendido em sua formação. As memórias são desfeitas para serem refeitas no discurso do historiador, discurso conceitual, competente e legitimado socialmente para violar as memórias e fazê-las falar, muitas vezes, aquilo que não quiseram dizer, pelo menos, conscientemente. O historiador não é aquele que se deleita com a beleza das memórias, mas aquele que se fascina quando essas adoecem, quando entram em estado febril e deliram, quando emergem com os sentidos alterados, quando advém como fala outra. A história faz as memórias entrarem em crise para que partejem novos sentidos e novos significados. O historiador é aquele que infunde novas vidas àquelas memórias, àquelas narrativas do passado que ameaçam morrer por repetição, recorrência e cristalização.

A historiografia contemporânea não tem mais pejo em admitir que uma das funções da escrita e do ensino da história é nos deleitar, é nos dar prazer, é nos divertir, no duplo sentido da palavra, ou seja, nos tirar da rotina, retirar nossos sentidos do entorpecimento trazido pela repetição das mesmas experiências no cotidiano, como o de nos levar a mudar a trajetória de nossas

A história contemporânea não mais pressupõe a existência de um sentido imanente, de uma teleologia inscrita no próprio processo histórico. Sabemos hoje que a história terá os sentidos que nela colocarmos. Se a vivência, se a experiência da historicidade, da temporalidade, só pode ser individual, os sentidos que atuam na história também partem dos indivíduos, mas tornam-se coletivos, transcendem a esfera da individualidade ao se encontrarem, se conflitarem, se articularem, se associarem, coexistirem na vida em sociedade. Mas esses sentidos nunca estão dados, eles são sempre uma construção social, porque, quando o indivíduo define seus objetivos, define que sentido quer dar a sua existência e o faz dentro de condições sociais e culturais dadas. Os indivíduos fazem e inventam escolhas, mas sempre a partir de limites e possibilidades estabelecidos pela ordem social. A história serve, portanto, para que possamos aprender como podemos dar sentidos diversos e distintos daquilo que nos é imposto como nosso destino e destino da humanidade. A história ensina que os humanos marcham errantes sobre a terra, sem destino prévio traçado, mas, por isso mesmo, podem traçar para si mesmos todos os destinos possíveis. A história, ao focalizar inúmeras formas de resistência humana a realizar um sentido para suas vidas e para a história, ao trazer para cena diferentes personagens — aqueles que se singularizaram, que se destacaram, que se tornaram conhecidos, que foram registrados, escritos, nomeados, punidos e castigados porque tentaram dar sentido diversos a sua existência e ao mundo, que se rebelaram contra Deus, a natureza, o destino, a ordem, o sistema, as estruturas e contra todas as instituições e categorias que definiram ao longo da história o que seria o necessário e o irrecorrível da existência dos homens —, nos propicia o aprendizado da liberdade, da necessária e constante luta pela liberdade que, afinal, é o próprio ser de sua existência. A história serve para que possamos formar subjetividades reais livres, mais desejosas, preparadas e dispostas a empreender a luta permanente e diuturna em busca do ser livre, ser que só existe enquanto prática permanentemente afirmada e retomada. A história que praticamos hoje, ao questionar o poder, a exploração e a dominação, ao denunciar as formas de escravidão, de repressão, de vigilância, de disciplina e controle, que nos constituíram e que constituíram nossa história como humanos, nos ensina o desejo, o pensar e o praticar a liberdade. Liberdade não como aspiração metafísica, como utopia que realiza a si mesma, mas como prática concreta historicamente situada e possível. Liberdade como luta constante, como conquista que se faz e se perde todo o tempo, já que a liberdade na vida em sociedade será sempre relativa — a liberdade de cada um acaba onde começa a do outro; espaços

maneiras de ver, de pensar e de agir. Paul Veyne (1998) defende que a prática da escrita e do ensino de história se justifica pelo prazer que ela oferece a quem a realiza ou a quem a lê ou escuta. A dimensão artística, retórica, poética e literária de nosso ofício volta a ser valorizada, em uma sociedade em que a crítica à centralidade do trabalho e à necessária utilidade instrumental de todas as coisas vem sendo feita. Se não devemos abrir mão do caráter científico de nossa disciplina — científico no sentido de ser um saber metodizado, que obedece a regras de produção coletiva e institucionalmente definidas, que implica o aprendizado de um saber fazer —, isso não pode implicar o desconhecimento de que nosso ofício tem como resultado final a produção de uma narrativa. As tecnicidades pedagógicas, por exemplo, não podem elidir o fato de que uma boa aula de história está assentada na capacidade do professor em urdir uma boa narrativa, em levar os alunos a construir sentidos e significados para textos e relatos já tramados. A história teria, assim, mais essa função social, a de nos fazer aprender a narrar, a contar histórias, a enredar fatos, atividades humanizadoras por excelência. Aprender a contar histórias, aprender a reunir palavras em frases e, com elas, criar sentido para um outro é um passo decisivo em nosso processo de humanização; por isso todas as comunidades humanas contam histórias, narram eventos para suas crianças. O ensino da história, nos anos iniciais da formação de qualquer pessoa, tem também essa função do aprendizado da arte de contar, da arte de narrar. Além disso, pode-se aprender com a história a produzir beleza com a narrativa, a criar deleite e prazer estético com o uso das palavras e dos eventos do passado.

A prática da historiografia, assim como a da poesia, requer o andar por desvios, o provocar desvios em relação a verdades consagradas e solidificadas sobre o passado, pois é nos desvios que se encontram as maiores surpresas e, diz o poeta, os araticuns mais doces. O historiador hoje é aquele que desvia e desencaminha o sentido já consagrado, que profana todos os ídolos, que des-sacraliza o que há de mais sagrado. Espero que este texto, assim como padre Ezequiel fez com Manoel de Barros — “Ele fez um limpamento em meus re- ceios.” (Barros, 1997) —, faça um limpamento nos receios que os aprendizes do ofício de historiador ainda têm em romper com dados condicionamentos, com dadas visões e esquemas prévios de interpretação da história, que funcionam sempre como portos seguros, garantias contra a exposição ao perigo de inventar o novo e o passado a partir de novos pressupostos, abordando-os a partir de pontos de vista ainda não consagrados e não aceitos plenamente por seus pares. Talvez, e isso pode ser inevitável para aqueles que praticam

um ofício como o nosso, vocês possam se sentir profissionais que carregam para o resto da vida, como os poetas, certo gosto por nadas. Pensem muitas vezes que aquilo que fazem pouco interessa para os outros, pouca utilidade tem para o social. Mas, nessas horas em que as incertezas assaltam, basta pensar no enorme prazer subjetivo que essa prática lhes dá, e estará justificado. Caso não sinta esse prazer do e no ofício, você está apenas no lugar errado; não é o ofício que deve mudar, mas você que deve mudar de ofício. Não adianta, nessas horas, colocar defeito no ofício: você é que não foi feito para ele ou por ele, ou, quem sabe, foi feito de maneira defeituosa.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.
- BARROS, Manoel de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas I: magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 222-232.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Identité de la France*. Paris: Champs, 2009. 3 v.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2005.
- MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Loyola, 2005.
- SPENGLER, Oswald. *The decline of the west*. Nova York: Oxford II, 1991.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- VEYNE, Paul. *O imentário das diferenças*. Lisboa: Gradiiva, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Como se escreve a história*. Brasília: Edunb, 1998.